

O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI

The city of Porto seen by Doutor João de Barros in the middle of the 16th century

La cité de Porto vue par le Doutor João de Barros au milieu du XVI^e siècle

la ciudad de Oporto vista por el Doutor João de Barros a mediados del siglo XVI

Joana Lencart
CITCEM/FLUP
jlencart@letras.up.pt

Resumo: Em meados do século XVI, o Doutor João de Barros redigiu uma obra intitulada *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* que constituiu um importante relato geográfico e corográfico dessas regiões, com interessantes pormenores que incluem não só descrições urbanísticas e arquitetónicas, como também elementos relativos às atividades económicas; às relações sociais, às devoções e às lendas, entre muitos outros. A cidade do Porto destaca-se pelo detalhe da descrição nesta obra do Doutor João de Barros, reeditada em 2019 pela Câmara Municipal do Porto. A análise de outras fontes da época e de estudos historiográficos recentes irá esclarecer-nos acerca do rigor histórico do relato do jurista quinhentista.

Palavras-chave: Porto; século XVI; Doutor João de Barros; Geografia e Corografia.

Abstract

In the middle of the 16th century, Doutor João de Barros wrote *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, a book that represented an important geographic and chorographic account of those regions, with interesting details that include not only urban and architectural descriptions, but also elements related to economic activities, social relationships, devotions, and legends, among many others. The city of Porto stands out for the detailed description in this book, recently republished. The analysis of other contemporary sources and recent historiographic studies will enlighten us about the historical rigor of this 16th century account.

Keywords: Porto; 16th century; Doutor João de Barros; Geography and Chorography.

Résumé: Au milieu du XVI^e siècle, Doutor João de Barros a écrit *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* qui constituait un important récit géographique et chorographique de ces régions, avec des détails qui incluent les descriptions architecturales, ainsi que les éléments liés aux activités économiques ; aux relations sociales, aux dévotions et aux légendes, entre autres. La ville de Porto se distingue pour le détail de la description dans cet ouvrage, récemment républié. L'analyse d'autres sources de l'époque et de récentes études historiographiques nous éclairera sur la rigueur historique du récit du juriste du XVI^e siècle.

Mots-clés: Porto; XVI^e siècle; Doutor João de Barros; Géographie et Chorographie.

Resumen: A mediados del siglo XVI, Doutor João de Barros escribió *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* que constituyó un importante relato geográfico y corográfico de estas regiones, con descripciones urbanísticas y arquitectónicas, así como elementos relacionados con actividades económicas, relaciones sociales, devociones y leyendas, entre muchas otras. La ciudad de Oporto se destaca por el detalle de la descripción en esta obra, republicada hace poco tiempo. El análisis de otras fuentes de la época y de estudios historiográficos recientes nos iluminará sobre el rigor histórico del relato jurista del siglo XVI.

Palabras clave: Oporto; siglo XVI; Doutor João de Barros; Geografía y Corografía

“No principio desta comarca d’Antre Douro e Minho junto ao rio Douro da parte do norte esta cituada a mui antiga e nobre cidade do Porto”

Doutor João de Barros¹

O Porto no século XVI

O século XVI representou uma época singular da história nacional. As viagens dos Descobrimentos impulsionaram o conhecimento de novas terras e novos povos, estimularam o conhecimento científico que o Renascimento promovia, a par com a difusão da cultura clássica e novos valores artísticos. As convulsões religiosas de então culminaram na Reforma e Contra Reforma e lançaram-se as bases do considerado *Estado* moderno. A capital do reino, do império, era Lisboa, cidade rica e cosmopolita. Por sua vez, o Porto afirmava-se como uma cidade com grande dinamismo económico, social e cultural, elevando-se a segunda cidade do reino (Dias, 1998: 16).

A principal atividade económica do Porto era o comércio que, para se realizar, pressupunha a existência de determinadas condições como vias de acesso e de escoamento, produtos, mercados e mercadores, meios financeiros e ligações internacionais (Silva, 1994: 275). Era pelo rio Douro que chegavam à cidade os barcos carregados de vinho e pão do Entre Douro e Minho; pelo mar chegava o sal de Aveiro, o peixe de Sesimbra e da Galiza, o trigo da Sicília e da Bretanha e os tecidos ingleses e flamengos (Machado, 1997: 63). Os comerciantes do Porto mantinham uma atividade comercial não só com o norte da Europa, mas também participavam nas rotas do Mediterrâneo (Fonseca, 1980: 138-139). Apesar de o comércio ser a principal atividade económica, a maioria da população ativa da cidade trabalhava nas artes “mecânicas”, ou manuais. Ribeiro da Silva (1994: 294) contabilizou 93 profissões manuais diferenciadas, na primeira metade de seiscentos.

No dia 20 de junho de 1517, o Porto recebeu foral novo de D. Manuel² o qual instituía um novo regime fiscal e influenciava a circulação de mercadorias e a frequência de navios na cidade. Segundo Amândio Barros (2017: 136, 139), o foral teve um impacto imediato no comércio de vinhos e de couros, gerando um aumento expressivo das

¹ Barros, ed. 2019: 141.

² Sobre os forais do Porto ver Costa, 2017.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

exportações. A cultura da vinha adaptava-se muito bem ao território de Entre Douro e Minho, como aliás reportam o Doutor João de Barros (Lencart, 2019: 26), e Mestre António (ed. 1959, ed.: 446), autor que precedeu o Doutor João de Barros na descrição da região de Entre Douro e Minho.

A cidade do Porto refletia o modelo de edificação das cidades marítimas e muito orientadas para as trocas comerciais, com dois pólos distintos: a cidade alta, institucional e religiosa, e a cidade baixa, portuária e comercial (Afonso, 2012: 23). Na cidade alta destacava-se a Sé, a residência episcopal e a casa-torre dos Paços do Concelho, no terreiro da catedral. O grande movimento de naus e navios junto à barra do Douro, reflexo das intensas trocas comerciais, era também dinamizado pela importante atividade de construção naval “com a madeira da terra” (Barros, ed. 2019: 149; 356), atividade que o Doutor João de Barros também assinala em Azurara, especificando que só Vila do Conde “lansa mais naos e navios que todo Portugal” (Barros, ed. 2019: 208).

O bairro comercial burguês da cidade do Porto foi dinamizado com a construção de uma nova alfândega régia e com abertura da rua Nova, nos finais do século XIV, e da rua das Flores, no princípio do século XVI, atraindo diversas atividades económicas e promovendo a instalação de burgueses notáveis. A supremacia social dos ricos mercadores e burgueses portuenses irá manter-se até meados do século XVI, tendo para tal contribuído D. João II que, em 1490, atribuiu aos cidadãos do Porto os mesmos privilégios dos fidalgos (Afonso, 2012: 42).

Segundo Francisco Ribeiro da Silva (1994: 265), nas sete freguesias do Porto e termo viveriam cerca de 13 500 almas em 1527. As freguesias eram então Sé, São Nicolau, Vitória, Miragaia e Santo Ildefonso, dentro da cidade, e Cedofeita e Massarelos, fora da cidade. João Alves Dias (1998: 18), para o mesmo período (1527-1532) estima que a cidade do Porto e seu termo teriam cerca de 13 800 habitantes³. O Doutor João de Barros estimava que a cidade do Porto tinha, em meados do século XVI, 4 000 “vizinhos”, mas não especifica as freguesias contabilizadas (Barros, ed. 2019: 284).

Este trabalho terá como foco a cidade do Porto integrada na região de Entre Douro e Minho na visão de certos autores do século XVI, nomeadamente, o Doutor João de Barros, Mestre António e o licenciado Francisco Dias e, ainda, Duarte Nunes de Leão, cuja obra é publicada no início do século XVII.

³ Sobre a população do Porto no período moderno ver Osswald, 2008.

Nos inícios do século XVI estavam em curso as reformas que promoviam o “renascimento jurídico do Estado Moderno”: o regimento dos oficiais das cidades, as ordenações manuelinas, as demarcações fronteiriças, os primeiros esboços cartográficos, os arrolamentos de moradores, entre outros (Valentim, 2006: 445). O Estado burocrático emergente não ficava, por sua vez, indiferente às narrativas e relatos do território, considerando-os mesmo um auxiliar indispensável para efetivar o exercício do seu poder.

O Porto visto pelo Doutor João de Barros e pelos seus contemporâneos

A temática da geografia e da corografia era bastante recorrente entre os autores dos séculos XVI e XVII, e mesmo posteriores. Como podemos constatar pelas inúmeras referências na *Bibliotheca Lusitana*, existiam diferentes descrições do Reino, em geral, e de certas urbes, em particular⁴, mas o cerne deste trabalho será sobre as descrições da cidade do Porto, concretamente as do século XVI. Recentemente, Luís Pedro Silva (2019: 60) apresentou uma tese relativa ao clima no noroeste de Portugal, onde sistematizou os autores quinhentistas que redigiram ensaios sobre a província de Entre Douro e Minho, os quais insistiam que a dita província se destacava de todas as outras da Hispânia pela abundância de águas, a opulência da vegetação e a fartura dos frutos, como veremos mais à frente. A região de Entre Douro e Minho, onde o Porto se integra, abarcava no século XVI um espaço muito vasto, balizado pelos rios que lhe davam o nome, mas espraiando-se para sul até Santa Maria da Feira e para leste até ao rio Tâmega, delimitando a fronteira com a comarca de Trás-os-Montes (Valentim, 2006: 434).

Mestre António de Guimarães foi o primeiro autor a legar-nos uma narrativa idílica da comarca de Entre Douro e Minho, cerca de 1512, logo secundado pelo Doutor João de Barros, em meados do século XVI. Em 1593, André de Resende, na sua obra *De Antiquitatibus Lusitaniae*, escusava-se a repetir o que escritores anteriores já haviam reiterado sobre o clima, a abundância e a produtividade da província da Lusitânia (Silva, 2019: 68). No entanto, Frei Bernardo de Brito, na sua obra *Geografia antiga da Lusitânia* (1597), decide perpetuar o discurso dos seus antecessores, promovendo uma vez mais as riquezas e excelências da referida região (Silva, 2019: 68).

⁴ Veja-se Machado, 1759, t. IV: 594-595.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

As descrições quinhentistas especificamente dedicadas ao Porto são praticamente inexistentes. A exceção será, talvez, a narrativa do licenciado Francisco Dias, procurador régio que se instalou na cidade a partir de 1548⁵. Trata-se de um relato muito distinto do do Doutor João de Barros, como veremos.

Em virtude da recente reedição da *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* (Barros, ed. 2019), acompanhada de um estudo introdutório ao autor e à obra, aqui apenas será feita uma breve apresentação do seu autor – o Doutor João de Barros –, pretendendo-se, por sua vez, destacar a sua narrativa do Porto quinhentista⁶.

O Doutor João de Barros viveu no século XVI⁷. Segundo Barbosa Machado, estudou jurisprudência em Coimbra, foi ouvidor do arcebispo de Braga e escrivão da câmara de D. João III entre 1546 e 1547, que o nomeou desembargador dos agravos em 1549. Em 1562, segundo uma mercê régia, era escrivão “das cousas” da comarca da Estremadura, cargo que exercia desde 1548 e que acumulava com o de escrivão da corte (Baião, 1917: 341). Em março de 1586 já teria falecido, como se depreende de uma apostilha anexa a uma carta de padrão de 10 de dezembro de 1563 (Baião, 1917: 442).

Natural de Vila Real, o Doutor João de Barros foi cidadão do Porto e terá residido na rua das Flores. Além da *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, são-lhe atribuídas outras obras como *Espelho de cazados* e o *Livro das escripturas autenticas e bens do mosteiro de Pedrozo* (Lencart, 2019: 11-15).

A obra *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, recentemente reeditada (2019), resultou de apontamentos que o autor redigira enquanto desempenhara as funções de ouvidor em Braga e que desejou memorar. Afirma que, por ser natural dessa região, as informações que transmite serão mais fidedignas (Barros, ed. 2019: 56). Não obstante, sabemos hoje o Doutor João de Barros terá recolhido muita informação em trabalhos de autores seus contemporâneos. É o caso de Mestre António (*Tratado sobre a provincia d'Amre Douro y Minho*, de 1512) e de Rui Fernandes (*Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas léguas*, de 1532), como afirmam Garcia (2002: 56) e Daveau (2002: 74). A título de exemplo, Mestre António afirmava que uma videira, em

⁵ A publicação deste texto ficou a dever-se a Magalhães Basto (1937).

⁶ O estudo que acompanha a reedição da *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* (Barros, ed. 2019) inclui três representações cartográficas que refletem os topónimos que o Doutor João de Barros menciona na dita obra, tanto para as províncias de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes (mapas 2 e 3) como para a cidade do Porto, em particular (mapa 1).

⁷ Ver informação mais completa sobre a biografia do Doutor João de Barros em Lencart, 2019: 10-14.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

Burgães, dava 35 a 40 almudes de vinho por ano (António, ed. 1959: 446) e o Doutor João de Barros, por sua vez, declarava que a mesma vide dava 30 almudes por ano (Barros, ed. 2019: 110). Outro exemplo ainda: Rui Fernandes descrevia que, em São João da Pesqueira, as barcas não podiam passar adiante por causa de uma “mui alta fraga” (cit. por Daveau, 2002: 74); por sua vez, o Doutor João de Barros afirmava que no meio de São João da Pesqueira estava “uma pedra que impede o curso dellas [barcas] ir adiante” (Barros, ed. 2019: 120).

Recuemos um pouco. Mestre António era médico cirurgião de D. João II e foi o autor da primeira descrição conhecida da região de Entre Douro e Minho. A obra, intitulada *Tratado da Provincia d’Amre Douro y Minho e suas avondanças*, data de 1512, e o manuscrito mais completo encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto⁸. Apesar das suas múltiplas cópias, a obra permaneceu manuscrita até 1959, sendo então publicada por Luciano Ribeiro (Garcia, 2002: 56).

Mestre António, natural de Guimarães e aí morador, não recorreu aos autores clássicos, mas à sabedoria de pessoas antigas, limitando-se a descrever o que observava à sua volta. No seu relato, descreve as culturas agrárias e demais produções da terra, árvores e respetivos frutos; tal como o Doutor João de Barros, como veremos, enumera também cidades, vilas, colegiadas, 130 mosteiros e perto de 1 400 igrejas “afoora outras tantas ermidas e oratorios e confrarias e capellas” (Durães, 1994: 94-95; António, ed. 1959: 451). Afirma existirem na província 25 000 fontes e quase 200 pontes de “arcos de pedra lavrados” (António, ed. 1959: 451). As suas referências ao Porto são, contudo, muito pontuais. Refere-se ao bispado do Porto, à colegiada de Cedofeita, aos conventos de São Francisco, de São Domingos e aos dois de Santa Clara (António, ed. 1959: 449-450); lembra ainda a barra do Douro “per omde emirão naos e navios” (António, ed. 1959: 453). Não obstante a aparente simplicidade, o seu texto terá funcionado como um importante auxiliar do poder estatal pelas informações que veiculava, sobretudo no que dizia respeito à população, ao comércio, às fortalezas, às rendas eclesiásticas e aos foros arrecadados pelos vários senhorios (Valentim, 2006: 446-447).

Na opinião de Romero Magalhães (1980: 34), o texto de Mestre António servirá de inspiração ao Doutor João de Barros o qual, ao contrário do seu antecessor, escrevia num

⁸ Sobre Mestre António, ou António da Costa Miranda, e as diferentes cópias do seu texto ver Valentim, 2006: 435-440.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

estilo pesado “despejando catadupas de erudição”, e pouca informação acrescentando sobre a província de Entre Douro e Minho.

Tal como no caso do texto de Mestre António, o relato geográfico do Doutor João de Barros permaneceu manuscrito até ao início do século XX. Data de 1919 a primeira edição do manuscrito do Doutor João de Barros relativo às comarcas de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Em 2019, procedeu-se à reedição do manuscrito da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP, Ms. 1109), acrescentando-se a publicação de um outro, existente na Biblioteca Nacional (BNP, COD. 216), e atribuído ao mesmo autor. O manuscrito da Biblioteca Pública Municipal do Porto encontra-se datado de 1548, mas o da Biblioteca Nacional é seguramente de finais do século XVI, pois o autor refere-se à sepultura de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires (que morreu em 1590 e está sepultado na igreja de São Domingos de Viana). Como o Doutor João de Barros já teria morrido em 1586, o manuscrito de Lisboa foi redigido, se não na totalidade, pelo menos em parte, por outro autor, a partir dos apontamento do Doutor João de Barros⁹.

Esta *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras os Montes* do Doutor João de Barros é muito mais do que um mero enunciado de localidades. Não obstante referir mais de cinco centenas de topónimos, o autor identifica mosteiros, conventos, ermidas, comendas, castelos, torres e muralhas, pontes, fontes, rios, ribeiras, entre tantos outros elementos relativos à toponímia local. Acrescente-se que a sua formação jurídica permitia-lhe conhecer bem a legislação antiga e recente e os textos canónicos, a que recorre com frequência. Cita filósofos, historiadores, geógrafos, escritores e poetas, concorrendo assim para enriquecer o seu relato corográfico (Lencart, 2019: 22-24).

No manuscrito da Biblioteca Nacional¹⁰ existe um capítulo dedicado às pessoas “notáveis” da região, nomeando Rodrigo Álvares, que foi o primeiro prototipógrafo português, impressor das Constituições Sinodais de D. Diogo de Sousa, bispo do Porto, em 1497, e detentor da primeira oficina de impressão da cidade do Porto; e Pedro de Escobar, também conhecido por Pedro do Porto, que foi um compositor renascentista e o primeiro grande compositor de música portuguesa. O Doutor João de Barros é taxativo ao afirmar que o navegador Fernão de Magalhães “que achou outro caminho para a Índia” era natural do Porto (Lencart, 2019: 114-115, 149).

⁹ Veja-se a questão dos diferentes manuscritos e das demais versões e edições em Lencart, 2019: 14-20.

¹⁰ BNP, COD. 216.

No seu périplo pelo Porto, o Doutor João de Barros começa por identificar os termos da cidade: a nascente, os concelhos de Porto Carreiro e Santa Cruz de Riba Tâmega, a poente, o mar “occeano”, a norte, o rio Ave e a sul, pelo rio Douro. Aponta a antiguidade para a fundação da cidade e discorre sobre a origem do seu nome, que deu origem a Portugal (Barros, ed. 2019: 141). Tinha a cidade, então, cinco paróquias: a Sé era a única dentro de muros; fora localizavam-se as de Santo Ildefonso, São Pedro de Miragaia “porque está defronte de Gaia”, Santa Marinha, no arrabalde de Vila Nova, e Cedofeita no arrabalde de Massarelos (Barros, ed. 2019: 149, 284).

Na tabela seguinte são enumeradas de forma sucinta as principais informações que o jurista compulsou para a cidade do Porto.

Muralha / castelo	Castelo de Vandoma; muralha primitiva e muralha fernandina
Conventos/ igrejas	Sé e paço episcopal; mosteiros de S. Domingos, de S. Francisco, dos Loios, de S. Bento, de Cedofeita, de Grijó, de St ^a Clara do Codessal e de St ^a Clara de Monchique.
Hospitais	Misericórdia, Rocamador, St ^a Clara, St ^o Ildefonso, S. Lázaro, Espírito Santo.
Ermidas	N ^a S ^a da Graça, S. Miguel, St ^o Estevão e st ^o António, S. Nicolau, St ^a Cruz.
Sinagoga	Monchique.
Ruas	Rua Nova e Rua das Flores.
Fontes/ chafarizes	Paço episcopal; S. Domingos; Loios; rua das Flores.
Relíquias	Sé do Porto e mosteiro de S. Domingos.

Tabela 1 - Principais elementos descritos pelo Doutor João de Barros na cidade do Porto (Barros, ed. 2019: 143-149).

No morro onde se encontra a Sé erguia-se a primeira cerca defensiva, que o autor faz remontar ao “tempo dos Romanos”, para frisar a sua antiguidade (Barros, ed. 2019: 142). De facto, pelo menos desde a ocupação romana, o morro da Sé era fortificado e, no final do século IX, por intervenção de Afonso III das Astúrias, foi erguida uma muralha que, mais tarde, no século XII foi reconstruída (Afonso, 2012: 57). Esta reconstrução situa-se no período de administração do bispo D. Hugo (1114-1136), teria quatro portas e contava com um perímetro de 750 metros (Sousa, 2017: 45-46). Em frente do morro da Sé, na margem oposta do rio Douro, teriam os mouros construído o castelo de Gaia, narrando, o autor, a lenda associada ao topónimo (Barros, ed. 2019: 143; 269).

Para além do “muro velho”, a cidade era ainda cercada por outra muralha, do tempo de D. Fernando, que tinha, segundo a versão do manuscrito da Biblioteca Nacional, 20 torres e 22 portas e postigos (Barros, ed. 2019: 143) ou 30 torres “fortes e altas” e 12 portas e postigos, na versão do manuscrito da Biblioteca Municipal do Porto (Barros, ed. 2019: 276). Como afirma Armindo de Sousa, o número de portas e postigos abertos na muralha é difícil de estabelecer com precisão, bem como identificar os seus nomes que foram variando ao longo dos séculos. Acrescenta que, na época medieval, não seriam mais de 17 as portas e postigos; quanto às torres “não se sabe” (Sousa, 1994: 143-144). A muralha medieval teria um perímetro de três mil metros, elevando-se a 11 metros de altura e, nalguns casos, a 15 metros de altura (Rodrigues, 2007: 115). Esta muralha, para além das inerentes funções militares, servia também de “barreira aduaneira”, impondo direitos de portagem sobre todas as mercadorias que cruzavam as suas portas (Rodrigues, 2007: 112).

Mas antes da construção da chamada muralha fernandina, que em rigor deveria chamar-se de D. Afonso IV, relata o jurista que havia na cidade muitas casas e torres que serviam de abrigo às populações (Barros, ed. 2019: 143). De uma maneira geral, essas casas-torre¹¹ eram de grande qualidade, feitas em pedra, com três ou mais pisos, com uma aparência maciça e coroamento em ameias (Afonso, 2012: 66). Dada a interdição aos nobres de permanecerem no espaço urbano do Porto por mais de três dias, as casas-torre do burgo eram de iniciativa eclesiástica ou burguesa e, a sua construção, estava dependente da autorização do bispo (Afonso, 2012: 66). Também o Doutor João de Barros refere esta interdição imposta à nobreza, como sendo um dos privilégios dos cidadãos do Porto (Barros, ed. 2019: 150), proibição que remontava à segunda metade do século XIV, e fora decretada pela autoridade eclesiástica, logo secundada pela burguesia, se bem que só promulgada em 1428 (Pinto, 2002: 46). Ser cidadão do Porto era ser detentor de privilégios que o aproximavam do estatuto da nobreza¹² (Silva, 1994: 322), e a que o próprio Doutor João de Barros também se reporta (Barros, ed. 2019: 150-151).

A construção da Sé teria sido iniciada por D. Teresa, mulher do conde D. Henrique, “no lugar aonde suia ser castello”, afirmando o Doutor João de Barros ter visto o documento dessa instituição e doação (Barros, ed. 2019: 143; 276). Por ter um aspeto

¹¹ Sobre a identificação das casas-torre do Porto medieval ver Sousa, 2017.

¹² Sobre os privilégios dos cidadãos do Porto ver Silva, 1994: 322-329.

bem diferente do atual, copiamos o relato do jurista. Em meados do século XVI, a catedral¹³ tinha:

“duas torres altas e tudo com ameas a modo de castello pera toda defensão, e he de abobada e tem esteos mui fortes, e 4 capellas no cruzeiro, com huma charolla. E tem boas claustras, de abobada. [...] As duas torres da See com Nossa Senhora no meo são as armas e diviza da cidade” (Barros, ed. 2019: 143-144).

Uma fonte de meados do século XII sugeria que o bispo do Porto, D. Pedro Pitões (1146-1152), teria acolhido, numa pequena ermida que servia de sede da diocese, os cruzados antes da tomada de Lisboa (1147) (Silva, 2008: 27). As obras do novo edifício tiveram início nos finais do século XII, prolongando-se pela centúria seguinte (Afonso, 2012: 60). A catedral sofreu, porém, remodelações frequentes nos séculos imediatos. Vários prelados portuenses, entre eles Dom Diogo de Sousa (1496-1505) e Dom Frei Baltasar Limpo (1536-1550), ordenaram importantes transformações na catedral da cidade¹⁴. Podemos, por isso, supor que, quando o Doutor João de Barros chegara à Sé, esta deveria parecer um estaleiro de obras.

Na capela-mor da catedral havia um retábulo onde, numa arca de prata dourada, estavam colocados os ossos de São Pantaleão (Barros, ed. 2019: 144; 278). Na Idade Média, e neste começo da época moderna, as relíquias tinham um importante papel na promoção da devoção dos fiéis que se concretizava em doações e esmolas. Os santos, em particular os mártires, assumiam poderes taumaturgos para aqueles que se aproximassem das suas relíquias. Segundo o Doutor João de Barros, a cabeça de São Pantaleão andava “de fora emcastoada em prata, com que muitos enfermos recebem saude” (Barros, ed. 2019: 144). Em dezembro de 1499, o bispo Dom Diogo de Sousa determinara a trasladação das relíquias de São Pantaleão da igreja de Miragaia para a Sé. Já antes D. João II ordenara a execução de uma arca de prata para as ossadas de São Pantaleão, que D. Manuel mandara concluir com as suas armas (Afonso, 2018: 42). No tesouro da Sé guardava-se um braço de São Vicente, relíquia que de Lisboa seguiria para Braga, mas que “maravilhosamente a azemala [...] o levou dereito ao altar mor da See” (Barros, ed. 2019: 144). Este quotidiano religioso está também espelhado na narrativa de Mestre António que afirmava que na comarca de Entre Douro e Minho havia muitos santos sepultados e numerosas relíquias. Além de São Pantaleão, refere-se ao “corpo santo do

¹³ Sobre a evolução arquitetónica e artística da Sé do Porto veja-se Botelho, 2006.

¹⁴ Veja-se Afonso, 2018.

mosteiro de Leça huma legua do Porto” (António, ed. 1959: 458). O licenciado Francisco Dias também não é indiferente a este pendor religioso. Nas suas memórias quinhentistas descreve um milagre ocorrido no convento de São Domingos, quando ao ser imposta uma “toalha com que estava singido o crucifício de Jesu” sobre os olhos de uma menina cega, de cinco anos, esta recuperou a visão¹⁵ (Dias, ed. 1937: 55). Regista uma curiosidade ocorrida durante a lua nova de novembro de 1577: a passagem de um cometa “com grandes raios que fazia espanto e andava com a lua” que nem os antigos haviam visto (Dias, ed. 1937: 114).

Segundo o Doutor João de Barros, o paço episcopal, junto da Sé, erguia-se num lugar alto, sobranceiro ao rio Douro. Havia aí um chafariz, cuja água era transportada por “arcos e cannos”. Dentro e fora de muros, havia na cidade 30 fontes “e hum rio piquenno que corre pelo meo, pera limpeza della” (Barros, ed. 2019: 144). Por motivos de doenças e contágios, a reparação e limpeza das fontes e chafarizes era da alçada concelhia, que dispensava elevadas quantias para assegurar o regular abastecimento de água à cidade (Machado, 1997: 121). Contrariamente ao cenário idílico apresentado pelo Doutor João de Barros e Mestre António, o licenciado Francisco Dias destaca vários momentos de peste na comarca, um em 1565, que começara em Azurara numa nau que viera de Inglaterra, e outro, três anos mais tarde, em 1568, em Esposende com origem n’O Grove (Galiza); reporta-se ainda à grande carestia do ano de 1574, com muita falta de pão, vinho e azeite (Dias, ed. 1937: 22-23). Em janeiro de 1581, a peste que assolou o Porto matou “mais de sete mil pessoas”, obrigando o próprio Francisco Dias a refugiar-se com a família em Coimbrões, durante oito meses (Dias, ed. 1937: 124).

O Doutor João de Barros afirmava existirem na cidade diversos mosteiros e conventos, dentro e fora de muros: São Domingos, São Francisco, Loios, São Martinho de Cedofeita, Grijó, Santa Clara do “Codeçal”, São Bento, Corpus Christi e Santa Clara de Monchique (Barros, ed. 2019: 145-148; 276-284).

Segundo o autor, o convento de São Domingos fora edificado pela infanta D. Mafalda, filha de D. Afonso Henriques, que também fundou o mosteiro de Arouca (Barros, ed. 2019: 145; 278). Como sabemos, há aqui algumas incongruências por parte do jurista. A infanta D. Mafalda, a que se reporta, é filha de D. Sancho I e neta de D.

¹⁵ Segundo Magalhães Basto, este milagre foi também relatado com pequenas variantes por Frei Luís de Sousa, na *História de S. Domingos* (Basto, 1937: 181-182).

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

Afonso Henriques. Não fundou o mosteiro de Arouca, mas recebeu-o de seu pai, convertendo-o aos costumes de Cister, em 1224 (Sousa, 2016: 122). Por sua vez, o convento de São Domingos do Porto, foi fundado por iniciativa do bispo do Porto, D. Pedro Salvadores (1235-1247), em 1237, mas, na tentativa de resolver os diferendos entre o bispo e os pregadores, D. Sancho II declarou-se fundador e padroeiro do convento, em 1239¹⁶. Quanto ao edifício, o Doutor João de Barros assinalava que a igreja era “nobre e de nobres capellas, claustros, alpendres e jardim”, tinha muitas relíquias, entre elas uma do Santo Lenho, e uma valiosa cruz de prata (Barros, ed. 2019: 145; 278). As memórias do licenciado Francisco Dias também referem este convento de São Domingos, assinalando o retábulo do altar de Jesus, feito no ano de 1565, e o altar de Nossa Senhora do Rosário colocado em 1575, feito apenas em madeira e sem estar pintado (Dias, ed. 1937: 28). Também nesse convento se reuniu o capítulo provincial dos Dominicanos em maio de 1576 (Dias, ed. 1937: 56).

O convento de São Francisco era, nas palavras do Doutor João de Barros, um edifício de construção mais recente, relativamente ao de São Domingos, e com muitas capelas de fidalgos, enumeradas nos capítulos dos morgados (Barros, ed. 2019: 136; 145) e referidos mais à frente neste trabalho.

O mosteiro dos Loios, ou da “ordem de São João dos Azuns”, como lhe chama, fora edificado há “quarenta annos” (Barros, ed. 2019: 145; 278), ou seja, em finais do século XV. O convento de Nossa Senhora da Consolação do Porto, ou convento de Santo Elói, como também era conhecido, foi fundado em 1490 e as obras iniciaram-se logo no ano seguinte, tendo sido agregado à congregação dos Loios em 1493 e os seus privilégios confirmados por D. Diogo de Sousa (1471-1532), bispo do Porto, em 1496 (Sousa, 2016: 247). Fora erguido no espaço compreendido entre a Porta dos Carros e o postigo do Vimial (Afonso, 2012: 76).

O mosteiro de São Martinho de Cedofeita localizava-se fora da cidade, para norte, num arrabalde a que chamavam “Massarelos” (Barros, ed. 2019: 284). Segundo Barros, era igreja colegiada dos cónegos de Santo Agostinho e fora mandada fazer pela rainha D. Mafalda com a pedra e madeira que sobejou das obras da Sé e por ter sido feita em pouco tempo se designou “cedo feita” (Barros, ed. 2019: 146). Os vários argumentos sobre a

¹⁶ Hoje designado por convento de Nossa Senhora dos Fiéis de Deus do Porto. Sobre o convento de São Domingos ver Sousa, 2016: 382-383.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

antiguidade e fundação da colegiada de São Martinho de Cedofeita, que remonta a tempos anteriores à nacionalidade, foram já analisados com rigor científico por Lúcia Rosas (1988, 33-60).

O mosteiro de São Salvador de Grijó chamava-se inicialmente “Igresoula”, ou *Ecclesiola*, e fora edificado na Serra do Pilar, a duas léguas do local onde se encontra atualmente, tendo sido transferido para poder melhor servir “no espiritual” a população (Barros, ed. 2019: 146). A construção do mosteiro, no lugar atual, foi iniciada após o bispo do Porto, D. Baltasar Limpo (1537-1550), ter dado provisão para a sua transferência em 1537 e os cónegos mudaram-se em 1542 (Sousa, 2016: 184). Segundo Barros, a traça do novo edifício fora do bispo de Leiria, Frei Brás de Barros (1545-1556), reformador da congregação da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho) que o “ordenou de arte nova e redonda” (Barros, ed. 2019: 146, 283), numa alusão ao estilo arquitetónico em que fora edificado.

O convento de Santa Clara “do Codeçal” fora inicialmente fundado em Entre-os-Rios, no lugar do Torrão, na confluência do Tâmega com o Douro. No início do século XV, a comunidade foi transferida para o Porto por estar sujeita a constantes abusos por parte de senhores nobres da região e para conservarem “melhor a releição” (Barros, ed. 2019: 147; 279; Sousa, 2016: 296). O convento foi erguido junto do caminho dos Codeçais, que descia de Cimo de Vila até à Ribeira, e a primeira pedra foi colocada pelo próprio D. João I (Afonso, 2012: 75). O Doutor João de Barros afirmava ter consultado, no convento de Santa Clara do Porto, o foral de Entre-os-Rios (de 1241), que trasladou a propósito de certos costumes de direito consuetudinário (Barros, ed. 2019: 93; 279). O dito foral fora dado por Teresa Rodrigues de Barbosa, mãe de D. Châmoa Gomes, fundadora do mosteiro de Entre-os-Rios (Lencart, 2019: 95, nt. 259), facto assinalado pelo Doutor João de Barros, no capítulo relativo ao antigo concelho de Benviver (Barros, ed. 2019: 226).

Dentro dos muros da cidade do Porto, o Doutor João de Barros contabiliza ainda o mosteiro feminino de São Bento, construído por ordem de D. Manuel em 1518, para albergar as monjas dos mosteiros beneditinos, “que estão pellos montes”, em Vila Cova, Tarouquela, Tuias e Rio Tinto; a vida conventual iniciara-se em 1536, no designado mosteiro de São Bento da Avé Maria do Porto (Barros, ed. 2019: 147, 282; Sousa, 2016: 89).

Na margem oposta do Douro, no “arrabalde de Villa Nova” localizava-se o convento feminino da Ordem de São Domingos, da invocação de *Corpus Christi*. O Doutor João de Barros acrescenta que aí fora enterrada, duzentos anos antes “uma duquesa de Bargaça (*sic*)” (Barros, ed. 2019: 147; 283). Segundo Sottomayor Pizarro (1987: 278) trata-se de D. Leonor de Alvim (m. 1388), mulher de D. Nuno Álvares Pereira e mãe de D. Beatriz Pereira de Alvim, que casou com D. Afonso, filho ilegítimo de D. João I e 1.º duque de Bragança.

No arrabalde de Monchique, o Doutor João de Barros assinala um convento feminino de freiras de Santa Clara, que fora “recentemente” edificado e cujo retábulo do altar-mor era de pedra “de arte nova muito formoso” (Barros, ed. 2019: 147). Segundo Ferreira Alves (2002: 135), este retábulo era da autoria de João de Ruão e a pedra era revestida a azulejo. O convento da Madre de Deus de Monchique de Miragaia fora fundado em 1533 por D. Pedro da Cunha Coutinho e sua mulher D. Beatriz de Vilhena (Barros, ed. 2019: 283; Sousa, 2016: 304) e o traçado da obra fora da responsabilidade de Diogo de Castilho (Ferreira-Alves, 2002: 133). Barros faz questão de assinalar a “perfeição” do edifício, com as suas oficinas, o dormitório, os claustros e as cinco fontes entre os jardins e pomares (Barros, ed. 2019: 148). Também assinala que o convento fora erguido no lugar onde os judeus tinham a sua sinagoga, existindo ainda aí uma pedra com letras hebraicas com uma profecia: “que vira tempo em que naquelle lugar sera feito templo ao verdadeiro Deus”, numa alusão à nova edificação (Barros, ed. 2019: 148). Segundo Geraldo Coelho Dias (2006: 148-168) tratava-se da sinagoga quinhentista da judiaria nova do Olival e a designada “Pedra de Monchique”, com a referida profecia, está atualmente no Museu do Carmo, em Lisboa.

O licenciado Francisco Dias assinala ainda na cidade do Porto a colocação da primeira pedra da igreja do Colégio de Jesus, hoje conhecida por igreja dos Grilos, e localizada em “as Aldas”, no dia 20 de agosto de 1573 (Dias, ed. 1937: 49). O autor acrescenta que, em 1570, D. Sebastião dera aos Jesuítas os mosteiros de Paço de Sousa, Vila Boa do Bispo e Roriz, e aos Dominicanos o de Vilela, e mais três, mas “depois se arependeu ell rei e não ouve efeittu” (Dias, ed. 1937: 103).

No Porto, segundo o Doutor João de Barros, havia oito hospitais (apesar de indicar apenas sete): Misericórdia, Rocamador, Santa Clara, Palmeiros, Santo Ildefonso, São Lázaro e Espírito Santo. E contabiliza sete ermidas: Nossa Senhora da Graça, São Miguel,

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

Santo Estêvão, Santo António, Santa Cruz e duas dedicadas a São Nicolau (Barros, ed. 2019: 149). O autor não acrescenta qualquer informação relativamente a uns e a outras, mas podem ler-se algumas anotações complementares na edição crítica (2019: 149) e no trabalho de Daniel Afonso (2012: 78-84).

O Doutor João de Barros destaca duas ruas na cidade do Porto: a rua Nova¹⁷ e a rua das Flores¹⁸. A rua Nova era espaçosa e comprida, frisando, num acesso de bairrismo, que era “mais larga que a de Lisboa”, e terminava na praça onde estava o convento de São Francisco (Barros, ed. 2019: 285). Erguida sob a égide de D. João I, o traçado da rua Nova teria origem romana, tendo sido rasgada sobre um antigo caminho medieval (Afonso, 2012: 51). Os limites da rua Nova eram, a nascente, a rua dos Mercadores e, a poente, o convento de São Francisco (Santos, 2010: 40). Desde o início, esta artéria da cidade assumiu várias designações: rua Nova, rua “Fermosa”, como lhe chamava o seu promotor D. João I, mais tarde Rua dos Ingleses e, atualmente, rua do Infante D. Henrique (Amaral e Duarte, 1985: 8-9).

A rua de Santa Catarina das Flores, como era então designada, fora mandada abrir “pouco ha”, por D. Manuel I, em 1521. Tinha num extremo o convento de São Domingos e no outro os mosteiros de São Bento e dos Loios e, ao longo da rua, existiriam cinco ou seis fontes. As casas tinham quintais, jardins e hortas e a “mor parte destas casas são boas e nobres” (Barros, ed. 2019: 285). Aí terá residido o próprio Doutor João de Barros. A rua de Santa Catarina das Flores facilitava a ligação entre o rio e a porta de Carros, promovendo o escoamento dos produtos entrados pela alfândega e pelo postigo dos Banhos, convertendo-se numa das artérias preferidas da aristocracia e de membros destacados do clero (Silva, 1994: 268; Afonso, 2012: 54). Acrescente-se que, no reinado de D. Manuel, a proliferação da circulação de carros, aliada à preocupação de enobrecimento das cidades, multiplicou o calcetamento das ruas a par do seu alargamento (Dias, 1998: 78).

A cidade do Porto, junto ao rio Douro, tinha grande movimento de naus e navios (Barros, ed. 2019: 276). O rio Douro era navegável desde a foz até São João da Pesqueira, onde havia uma “grande pedra”, uma fraga, que impedia as embarcações de passar adiante. Não tinha nenhuma ponte pois, apesar de se ter iniciado uma “nas caldas abaixo

¹⁷ Sobre a rua Nova do Porto, atual rua do Infante D. Henrique, ver Santos, 2010, e Amaral e Duarte, 1985.

¹⁸ Sobre a rua das Flores ver Afonso, 2000.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

de Lamego”, abandonou-se a empresa devido às cheias e ao forte caudal da água, ficando aí apenas “sinal donde se comessava” (Barros, ed. 2019: 120). O autor também faz alusão às cheias deste rio, perto da sua foz, junto ao mosteiro do *Corpus Christi*, em Gaia (Barros, ed. 2019: 282). Ao longo do percurso, as suas águas eram fartas em sáveis e lampreias, “tainhas, barbos, bogas, ciros, engias” e solhos; e nas quintas ao redor havia muitas oliveiras e árvores de fruto (Barros, ed. 2019: 120). O vinho produzido nas encostas do Douro e em Ribas de Pinhão era transportado em barcas para o Porto (Barros, ed. 2019: 348).

Também o acesso à barra do Douro é referido nas memórias do licenciado Francisco Dias num episódio ocorrido no início de 1533, envolvendo uma nau francesa atacada por dois navios biscainhos que conseguiram fugir porque “tiverão mare para se tornar a sair pella barra fora” (Dias, ed. 1937: 46). Em maio de 1572, engalanara-se o rio e as margens com “barças bateis embandeirados trombetas charamellas e muito regozijo” para celebrar o casamento da filha de Diogo Brandão Pereira com D. Francisco de Almeida, tendo sido padrinho o bispo do Porto e João Rodrigues de Sá (Dias, ed. 1937: 48).

Segundo o Doutor João de Barros, na comarca de Entre Douro e Minho, os principais portos de mar ficavam na embocadura dos principais rios: o do Porto próximo da foz do rio Douro, que era muito seguro depois que entravam as naus, não se podendo aí entrar sem piloto de terra (Barros, ed. 2019: 356). O Doutor João de Barros não o refere, mas D. Miguel da Silva, bispo de Viseu e senhor do couto de São João da Foz, enquanto abade comendatário de Santo Tirso, mandara erguer um farol na entrada da barra do Douro, o farol de São Miguel-o-Anjo, cujos primeiros fogos acenderam-se em 1528 (Barros, 2017: 135). Em todos os portos da comarca havia homens “muito espertos na arte de mariar” e uma intensa construção naval (Barros, ed. 2019: 356).

Segundo o licenciado Francisco Dias, o castelo, ou fortaleza, de São João da Foz começara a edificar-se em 16 de agosto de 1570, com João Gomes da Silva como vedor régio das obras, tendo sido o seu primeiro capitão Francisco de Sá, filho de João Rodrigues de Sá de Meneses (Dias, ed. 1937: 103). O Doutor João de Barros não poderia mencionar esta fortaleza, mas alude à igreja renascentista aí edificada por ação do já mencionado D. Miguel da Silva (Barros, ed. 2019: 158). O jurista reporta-se, contudo, a essas personalidades, quando refere que os direitos do concelho de Aguiar de Sousa e

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

Gondomar pertenciam a João Rodrigues de Sá, filho de Francisco de Sá (Barros, ed. 2019: 138).

Apenas no manuscrito da Biblioteca Nacional existe um capítulo dedicado aos morgados da região. Especificamente para o Porto (Barros, ed. 2019: 136-141), nomeia, na igreja de São Francisco do Porto, Diogo Brandão, que era contador-mor da Fazenda Real, e que detinha a capela dos Brandões; João Carneiro, a dos Carneiros; João Rodrigues de Sá, que fora alcaide-mor do Porto e camareiro de D. João I, tinha a capela de Fernão de Sá; António Paz tinha três capelas; havia ainda um morgado na capela dos Ferraz e outro na capela do mestre João. Na igreja de São Domingos havia um morgado na capela dos Baldaia. No convento dos Loios, havia um na capela do protonotário, outro na capela de João Cardoso e Duarte Rangel tinha a capela de Afonso Carneiro. No convento da Madre de Deus de Monchique havia um morgado na capela de D. Beatriz de Vilhena, mulher de Pedro da Cunha Coutinho (Lencart, 2019: 31).

É interessante constatar que o Doutor João de Barros não se refere aos paços do concelho da cidade do Porto, apesar de o fazer para outras localidades, nomeadamente Guimarães (Barros, ed. 2019: 192). Seria pelo seu mau estado de conservação, o que destoaria do tom com que descreve outros edifícios importantes da cidade? De facto, a casa-torre dos Paços do Concelho, erguida no século XV entre o pátio da Sé e a rua de São Sebastião, apresentava sinais de insegurança em meados do século XVI, tendo mesmo algumas sessões camarárias sido transferidas para outros edifícios, “pela torre estar para cair” (Pinto, 2002: 49-50).

Na prática, o Doutor João de Barros apresenta-nos uma cidade, diríamos, quase idealizada. Tratando-se de uma descrição marcadamente urbanística, as suas preferências vão para os grandes e sumptuosos edifícios religiosos e para os novos arruamentos que beneficiam o traçado urbano e a circulação em meados do século XVI. São recorrentes as referências a fontes, a hortas, a jardins, à abundância de água... Não há qualquer referência à insalubridade da cidade ou a edifícios em mau estado de conservação; nem à mendicidade, órfãos ou enjeitados. Procurou, sem dúvida, exaltar esta “excelente terra” (Barros, ed. 2019: 58), projetando uma memória agradável e cativante da cidade.

Contrariamente ao cenário idílico apresentado por Mestre António e pelo Doutor João de Barros, as memórias quinhentistas do licenciado Francisco Dias dão-nos uma visão bem diferente da cidade do Porto. O licenciado Francisco Dias relata que se dirigiu

ao Porto enquanto procurador régio, no exercício do cargo de corregedor da comarca de Entre Douro e Minho, aí entrando em 1548. Com um mandato de três anos, as suas competências eram sobretudo de caráter judicial, julgando certos casos de justiça e servindo de mediador de conflitos entre concelhos. Entre as suas atribuições, estava a obrigação de informar o rei acerca do que se passava nessa circunscrição, de fiscalizar o exercício de outros poderes locais e de ordenar e reparar obras públicas (Pinto, 2002: 41). Segundo Magalhães Basto, Francisco Dias era licenciado em Direito, fora corregedor em Coimbra e, a partir de 1538, passou a exercer o mesmo cargo na comarca e correição do Porto. Dez anos mais tarde, em 1548, está no Porto. Aí casou e teve sete filhos; exerceu cargos municipais, nomeadamente o de vereador, e desempenhou funções honoríficas nas procissões e festas solenes da cidade; correspondia-se com figuras eminentes da época; e, em 1583, ainda havia registo da sua presença na cidade (Basto, 1937: V-XI).

Na sua obra *Memoria de coussas que acontecerão nesta cidade depois que vim a ella*, Francisco Dias registou essencialmente pessoas, cenas e episódios do quotidiano, num estilo expressivo, revelando paralelamente a sua erudição clássica, e que muito contribui para estudar os costumes da sociedade portuense de quinhentos (Basto, 1937: XII-XIV). Aponta, por exemplo, os trajes das mulheres e dos homens, anotando com alguma ironia a evolução da moda e o despropósito do luxo (Dias, ed. 1937: 9-19). Na rua dos Mercadores descreve uma altercação resolvida a fio de espada, envolvendo um “mullato cativo” (Dias, ed. 1937: 30). Reporta-se ainda a uma morte ocorrida na tenda de um cutileiro da Bainharia (Dias, ed. 1937: 42). Uma leitura atenta das suas memórias permite identificar referências pontuais a elementos urbanísticos e arquitetónicos da cidade.

Já num registo semelhante a Mestre António e ao Doutor João de Barros, destacamos a *Descrição do Reino de Portugal*, de Duarte Nunes do Leão. Segundo Orlando Gama, este autor nasceu em Évora entre 1528 e 1530, foi bacharel em Leis e, mais tarde, em 1554, licenciado em direito civil pela Universidade de Coimbra. Autor de inúmeras obras, nomeadamente a coleção de legislação conhecida por *Leis Extravagantes*, as *Chronicas dos Reis de Portugal* e a *Ortographia da Lingoa Portuguesa*. Morre em Lisboa, em abril de 1608. Em 1610, Gil Nunes do Leão publica a título póstumo, a obra do tio *Descrição do Reino de Portugal*, que terá sido redigida entre 1599 e 1601 (Gama, 2002: 9-35).

Escrita em contexto de união ibérica, exalta os valores e as riquezas nacionais, mas defendendo a legitimidade filipina; por outro lado, promove as excelências de Lisboa, inserindo-se no movimento interno que elevava Lisboa a capital da Península. Sendo natural de Évora, exalta o vinho e o trigo do Alentejo, mas as deslocações que efetuou pelo país permitiram-lhe conhecer e descrever as “maravilhas” que encontrou (Coelho, 2002: 37-54). Na opinião de Margarida Durães (1994: 98), Duarte Nunes do Leão vai buscar a fonte de inspiração para as suas descrições de Entre Douro e Minho a Mestre António, nada trazendo de novo a não ser a divisão administrativa. Suzanne Daveau (2002: 75) vai ainda mais longe ao afirmar que o autor não fez qualquer descrição do Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, nem sequer do “imponente sítio urbano do Porto, na foz do Douro”, não obstante ter estado em Vila do Conde e Barcelos; a autora reitera que os dados quantitativos que apresenta para a região de Entre Douro e Minho são retirados de Mestre António (Daveau, 2002: 75-76). Assinala que no bispado do Porto havia 600 pias de batizar e que na terra de Entre Douro e Minho existiam 130 mosteiros (na realidade, o mesmo número que Mestre António apresentara cerca de cem anos antes) (Leão, ed. 2002: 205). Uma vez mais a abundância da água e as inúmeras fontes do território são evidenciadas no relato de Duarte Nunes do Leão (Leão, ed. 2002: 164-167), numa narrativa pouco original.

Duarte Nunes do Leão, na senda dos seus contemporâneos, louva os recursos naturais do país, e exalta os seus santos e as virtudes dos nacionais; cita, com abundância, autores clássicos e modernos (Daveau, 2002: 71). A *Descrição do Reino de Portugal* tem 46 capítulos dedicados a santos, beatos e indivíduos com fama de santidade, que nasceram no reino ou que aqui eram venerados, dando particular destaque aos mártires (Leão, ed. 2002: 211-272). Duarte Nunes do Leão relata a origem e martírio de São Pantaleão e declara que foi sepultado na Sé do Porto onde se encontra num “sepulchro de prata dourado posto no altar-mór” (Leão, ed. 2002: 262). Trata-se da única referência aos santos e relíquias da cidade.

A originalidade da narrativa de Mestre António, nos inícios do século XVI, é expandida com as descrições do Doutor João de Barros, em meados da centúria, nomeadamente no que respeita à descrição, não só, da cidade do Porto, mas também das restantes cidades e vilas das comarcas de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Num

outro registo, as memórias do licenciado Francisco Dias mostram-nos o quotidiano da cidade do Porto, relatando indivíduos e episódios pontuais dessa urbe quinhentista.

Conclusão

A origem da temática das descrições geográficas situa-se no Renascimento, ligada não só às viagens de descobrimentos e à expansão mercantil, mas também associada à recuperação dos autores clássicos (Durães, 1994: 94). Por sua vez, os Estados têm uma necessidade crescente destas descrições em virtude da complexificação da administração pública e da necessidade de conhecimento dos territórios sob a sua administração (Valentim, 2006: 441) e, por isso, as fomenta.

O Doutor João de Barros transformou o seu relato corográfico num registo panegírico da região de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes: a abundância de água; a variedade de árvores de fruto, de animais, de plantas... Apenas é crítico a classificar o carácter das gentes de entre os rios Lima e Minho “gente mui belicosa e revoltosa [...] ferós e má de amansar” (Barros, ed. 2019: 213). Mas, de uma maneira geral, os habitantes da região de Entre Douro e Minho eram pessoas verdadeiras, piedosas “agazalhadores dos estrangeiros e pobres” (Barros, ed. 2019: 116).

Desde o início da centúria de Quinhentos, Mestre António assumiu-se como ponto de partida para as descrições sobre a região do Entre Douro e Minho, que o Doutor João de Barros em parte decalcou e dilatou e que a obra de Duarte Nunes do Leão complementou, expandindo a sua descrição a todo o Reino, já no início de Seiscentos.

Tanto o Doutor João de Barros como Duarte Nunes do Leão escrevem com grande sentido político, exaltando os valores nacionais. Por sua vez, Mestre António regista, num discurso simples, mas muito relevante, as vivências do Entre Douro e Minho. É, contudo, transversal a estes três autores a narrativa laudatória, exaltando as excelências e riquezas do território. Por sua vez, o licenciado Francisco Dias dá-nos conta de episódios concretos do quotidiano portuense de Quinhentos, relatando a dura realidade de uma cidade cosmopolita de então.

Na análise das fontes compulsadas, e tendo em conta apenas a perspetiva descritiva da cidade do Porto, são apresentadas duas narrativas que se complementam na sua diversidade: a realidade do quotidiano vivida pelo licenciado Francisco Dias e o panorama idílico da cidade apresentado pelo Doutor João de Barros.

Apesar de diversos, os ensaios de carácter geográfico relativos à província de Entre Douro e Minho do século XVI repetem até à exaustão as riquezas naturais, a fertilidade da terra e a abundância de frutos e animais, transformando essas descrições num retrato bucólico da região e que se repetem nas centúrias seguintes. Tratam-se, de facto, de modelos narrativos laudatórios característicos do período moderno e que não são exclusivos da província de Entre Douro e Minho, nem do reino de Portugal, mas comuns ao humanismo europeu, fértil em redações deste género. Adicionalmente, estes ensaios apresentam importantes dados de natureza económica, financeira e demográfica a par de outros de ordem militar e religiosa, indispensáveis à investigação histórica. Estes textos refletem, também, um processo de mudança onde os Estados modernos precisam cada vez mais deste tipo de informações, de forma a colocá-las ao seu serviço.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

Bibliografia:

Fontes manuscritas:

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), COD. 216.

Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), Ms. 1109.

Estudos:

AFONSO, Daniel Borges Braz (2012), *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto 1386-1521*, Porto, FLUP.

AFONSO, José Ferrão (2000), *A Rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto Quinhentista*, Porto, FAUP.

AFONSO, José Ferrão (2018), “A Sé do Porto e a sua envolvente no século XVI (1499-1606)”, in A. F. Abreu e L. C. Amaral (coords.), *Dos Homens e da memória: Contributos para a história da diocese do Porto*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, pp. 39-55.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel (1985), “Os homens que pagaram a Rua Nova”, *Sep. Revista de História*, vol. 6, pp. 8-96.

ANTÓNIO, Mestre (ed. 1959), *Tratado sobre a provincia d’Amte Douro y Minho*, in Luciano Ribeiro, “Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 22 (3/4), pp. 445-460.

BAIÃO, António (1917), *Documentos inéditos sobre João de Barros, sobre o Escritor seu homónimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores das suas "Decadas"*, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, v. 11, pp. 202-355.

BARROS, Amândio J.M. (2017), “A evolução económica do Porto no século XVI e a sua projeção internacional”, in COSTA, Paula Pinto (coord.), *O Foral do Porto (1517-2017). Marca de um Rei, Imagem de uma Cidade*, Porto, Câmara Municipal do Porto.

BARROS, Amândio Jorge Morais (2006), “Oligarquia política e elite económica no Porto dos séculos XV e XVI”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, FLUP, pp. 49-70.

BARROS, João de (ed. 2019), *Geographia d’Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, estudo e transcrição de Joana Lencart, Porto, Câmara Municipal do Porto.

- Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5
- BASTO, A. de Magalhães (1937), “Prefação”, in *Memórias quinhentistas dum procurador del-Rei no Porto*, Porto, Câmara Municipal-Gabinete de História da Cidade.
- BOTELHO, Maria Leonor (2006), *A Sé do Porto no século XX*, Lisboa, Livros Horizonte.
- COELHO, António Borges (2002), “Cinco notas para a *Descrição do Reino de Portugal* de Duarte Nunes do Leão”, in *Duarte Nunes do Leão. Descrição do reino de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História, pp. 37-54.
- COSTA, Paula Pinto (coord.) (2017), *O Foral do Porto (1517-2017). Marca de um Rei, Imagem de uma Cidade*, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- DAVEAU, Suzanne (2002), “O conteúdo geográfico da *Descrição do Reino de Portugal*”, in *Duarte Nunes do Leão. Descrição do reino de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História, pp. 63-92.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho (2006), *As Religiões da nossa vizinhança: História, Crença e Espiritualidade*, Porto, FLUP.
- DIAS, João José Alves (coord.) (1998), “Portugal do Renascimento à Crise Dinástica”, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Ramos, *Nova História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Editorial Presença.
- DIAS, Licenciado Francisco (ed. 1937), *Memórias quinhentistas dum procurador del-Rei no Porto*, prefácio e notas finais de A. de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal-Gabinete de História da Cidade.
- DURÃES, Margarida (1994), “O Minho no pensamento Geo-histórico do Portugal Moderno e Contemporâneo”, *Cadernos Noroeste*, vol. 7 (2), pp. 93-113.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime (2002), “Elementos para a história do Convento da Madre de Deus de Monchique”, in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol.1, Porto, FLUP, pp. 129-147.
- FONSECA, Luís Adão da (1980), “O Porto nas rotas do Mediterrâneo Ocidental (vésperas da Época Moderna)”, *Revista de História*, vol. 3, Porto, FLUP, pp. 127-140.
- GAMA, Orlando (2002), “Duarte Nunes do Leão. Elementos para uma biografia”, in *Duarte Nunes do Leão. Descrição do reino de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História, pp. 9-35.
- GARCIA, João Carlos (2002), “As descrições de Portugal no século XVI”, in *Duarte Nunes do Leão. Descrição do reino de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História, pp. 55-62.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

LEÃO, Duarte Nunes de (ed. 2002), *Descrição do reino de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História.

LENCART, Joana (2019), *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes por João de Barros*, estudo e transcrição, Porto, Câmara Municipal do Porto.

MACHADO, Diogo Barbosa (1759), *Bibliotheca Lusitana*, tomo IV, Lisboa, Officina de Francisco Luis Ameno.

MACHADO, Maria de Fátima Pereira (1997), *O Porto de D. Manuel a D. João III: 1518-1530*, Porto, Faculdade de Letras.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1980), “As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650 – Esboço de problemas”, *Revista de História Económica e Social*, nº 5, pp. 15-56.

OSSWALD, Helena (2008), *Nascer, Viver e Morrer no Porto de Seiscentos*, Porto, FLUP.

PINTO, Álvaro Rodrigues (2002), *Vida quotidiana, economia e poder no Porto segundo as Actas de Vereação de 1539-40*, Porto, FLUP.

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor (1987), *Os patronos do Mosteiro de Grijó: evolução e estrutura da família nobre – séculos XI e XIV*, Porto, FLUP.

RIBEIRO, Luciano (1959), “Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 22 (3/4), pp. 442-460.

RODRIGUES, Fátima Cristina Pinto Coelho (2007), *O Urbanismo, a arquitectura e a construção no Porto medieval*, Porto, FLUP.

SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula (2010), *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*, Porto, FLUP.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1994), “Tempos Modernos”, in Luís de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 256-375.

SILVA, Luís Pedro (2009), *O Clima no Noroeste de Portugal (1600-1855)*, Porto, FLUP.

SILVA, Maria João Oliveira e (2008), *Scriptores et Notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*, Porto, Fio da Palavra.

SOUSA, Armindo de (1994), “Tempos Medievais”, in Luís de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 119-253.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2016), *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

SOUSA, Silvana Raquel Vieira de (2017), *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto*, Projeto de Estágio, Porto, FLUP.

VALENTIM, Carlos (2006), “Uma corografia renascentista útil ao poder e aos poderes”, *Noroeste – Revista de História*, 2, Braga, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, pp. 433-451.